



kanastra

KANASTRA SECURITIZADORA S.A.

Demonstrações Financeiras

**Relativas ao Exercício de 2023 e Período de
10 de outubro de 2022 a 31 de dezembro de 2022**

Relatório de Administração

1. Visão Geral da Empresa

A Kanastra Securitizadora S.A. é uma organização comprometida com serviços fiduciários e software para securitizações. Fundada em 2022, nossa empresa se destaca no mercado devido à tecnologia aplicada à suas operações. Nossas operações principais envolvem estruturação e gestão de securitizações de crédito, as quais são estrategicamente alinhadas com nossa missão de entregar o melhor serviço ao cliente. Nossa estratégia de crescimento se baseia em aplicar tecnologia nos serviços oferecidos (principalmente vertente operacional), alinhado sempre com um bom atendimento ao cliente. Quanto à estrutura organizacional, adotamos um modelo segregado de pessoas e funções, em uma esteira de estrutura e gestão das emissões das securitizações, promovendo eficiência e agilidade em todas as áreas de atuação.

2. Desempenho Financeiro

Durante o período abrangido por este relatório, a empresa registrou um desempenho financeiro sólido. As receitas chegaram no valor de R\$ 91.994,43, impulsionadas principalmente por serviços de Agente de Monitoramento e a primeira Securitização realizada pela Kanastra, uma emissão de debênture de R\$ 16.500.001,00 em três séries. As despesas operacionais cresceram, resultando em um aumento significativo no passivo. Esse aumento é caracterizado como justificável, uma vez que é preciso ter investimento em desenvolvimento de plataformas e serviços para suportar rodar a operação de securitização.

3. Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Corporativa

O desenvolvimento sustentável e a responsabilidade corporativa estão no cerne de nossa estratégia de negócios. Reconhecemos a importância das questões ambientais, sociais e de governança (ESG) e estamos comprometidos em integrar práticas sustentáveis em todas as nossas operações. Nossas iniciativas incluem: 1) avaliação prévia dos riscos associados aos novos negócios, por meio de comitês específicos, 2) avaliação dos prestadores de serviços das operações assim como fornecedores do grupo Kanastra, 3) diversidade e inclusão nas contratações dos funcionários, 4) condições de trabalhos seguras e justas, 5) relacionamento com as comunidades locais, entre outras ações, que têm impactado positivamente não apenas nas operações, mas também as comunidades em que operamos.

4. Perspectivas Futuras

Para o futuro, estamos otimistas em relação às perspectivas da empresa. Continuaremos a implementar nossas estratégias de crescimento, com foco em uma implementação crescente de tecnologia no processo operacional, e interface de excelente atendimento ao cliente, facilitando a companhia a alcançar nossas metas de expansão e rentabilidade. Reconhecemos os desafios que podem surgir, mas estamos confiantes em nossa capacidade de superá-los com resiliência e inovação. Estamos comprometidos em criar valor sustentável para todas as partes interessadas e em contribuir positivamente para o desenvolvimento econômico e social.

Este relatório reflete nosso compromisso com a transparência e a prestação de contas a todas as partes interessadas. Agradecemos a confiança contínua de nossos acionistas, colaboradores, clientes e comunidades, e estamos ansiosos para continuar a nossa jornada de sucesso juntos.

Atenciosamente,

A Administração.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos acionistas da
KANASTRA SECURITIZADORA S.A.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da KANASTRA SECURITIZADORA S.A. (Companhia), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para Opinião com Ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da KANASTRA SECURITIZADORA S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Partes relacionadas ativas

Em 31 de dezembro de 2023 a companhia apresentava saldos ativos relacionados partes relacionadas no montante de R\$ 1.033 mil. Até a data de emissão de nosso relatório não obtivemos os contratos de mútuo referentes àquelas transações. Consequentemente não foi possível concluir sobre os possíveis efeitos de distorções não detectadas sobre as demonstrações financeiras, se houver, poderiam ser relevantes e generalizadas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Indicação de desvalorização dos ativos não financeiros da Companhia

A fim de atender o item 12 (d) do NBC TG 01 (R3) – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS, executamos procedimentos de auditoria para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- análise da qualidade do ativo da Companhia e de recuperabilidade por tipo de ativo.
- avaliação da continuidade da Companhia e eventual desvalorização dos ativos da mesma através da análise de outros indicadores da Companhia, tais como análise de estrutura de capital, indicadores de liquidez e de rentabilidade.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreende o Relatório da Administração, obtido antes da data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais eficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2024.

UHY BENDORAYTES & CIA.
Auditores Independentes
CRC 2RJ 0081/O-8


GEYSA BENDORAYTES E SILVA
Contadora
CRC 1RJ 091330/O-5

KANASTRA SECURITIZADORA S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

A T I V O

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
	Explicativa		
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6	1
Clientes	5	20	-
Impostos a recuperar	6	54	0
Partes relacionadas	7	1.037	0
TOTAL DO CIRCULANTE		1.117	1
NÃO CIRCULANTE			
TOTAL DO ATIVO		1.117	1

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

KANASTRA SECURITIZADORA S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Nota</u> <u>Explicativa</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
CIRCULANTE			
Fornecedores		-	5
Impostos e contribuições a recolher	8	2	0
Outras obrigações	9	8	0
Partes relacionadas	7	110	
TOTAL DO CIRCULANTE		<u>10</u>	<u>5</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12		
Capital Social		1.000	10
Capital Social a Integralizar		-	-9
Prejuízo acumulado		- 3	-5
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>997</u>	<u>-4</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>1.007</u></u>	<u><u>1</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

-110 0

KANASTRA SECURITIZADORA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Nota <u>Explicativa</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
RECEITA BRUTA			
Prestação de serviços	13	58	0
DEDUÇÕES DA RECEITA			
Impostos sobre serviços	13	(5)	-
		<u>53</u>	<u>0</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Salários, encargos sociais e benefícios	14	(9)	-
Serviços de terceiros	15	(50)	-
Anúncios e publicações		(9)	-
Outras despesas administrativas		(29)	(5)
Resultado financeiro líquido	16	2	-
Despesas tributárias		(7)	-
Outras receitas (despesas) operacionais		51	0
		<u>(51)</u>	<u>(5)</u>
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS			
		<u>2</u>	<u>-5</u>
Imposto de renda	10	-	-
Contribuição social	10	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DOS PERÍODOS			
		<u>2</u>	<u>-5</u>
Quantidade de ações		<u>1.000.000</u>	<u>1.000</u>
Lucro/(prejuízo) por ação	12	0,0020	- 5,0000

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

0,00

KANASTRA SECURITIZADORA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultados do exercício	<u>2</u>	<u>-5</u>
Resultados abrangentes do período	<u>2</u>	<u>-5</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

KANASTRA SECURITIZADORA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva de Lucro a distribuir	Lucro/ Prejuízo Acumulado	Patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2023	1	0	0	0	- 5	-4
Integralização do capital	9					9
Lucro líquido do exercício:	-	-	-	-	2	2
Aumento de capital	990	-	-	-	-	990
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.000	-	-	-	(3)	997

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

KANASTRA SECURITIZADORA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Atividades Operacionais		
Lucro líquido do período	<u>2</u>	<u>-5</u>
	2	-5
Variações dos Ativos e Passivos		
Clientes	(20)	-
Impostos a recuperar	(54)	-
Fornecedores	(5)	5
Impostos e contribuições a recolher	2	-
Outras obrigações	8	-
	(69)	5
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	<u>(67)</u>	<u>-</u>
Atividades de Investimentos		
Aquisição de imobilizado	-	-
Fluxo de caixa consumido nas atividades de investimentos	<u>-</u>	<u>-</u>
Atividades de Financiamento		
Capital integralizado no período	999	1
Fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento	999	1
Aumento/Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	<u>932</u>	<u>1</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1	0
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	6	1

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

KANASTRA SECURITIZADORA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
RECEITAS		
Prestação de serviços	58	0
	<u>58</u>	<u>-</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Materiais, energia e outros	(44)	(5)
Serviços de terceiros	(50)	-
	<u>(50)</u>	<u>-</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>(36)</u>	<u>(5)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	<u>(36)</u>	<u>(5)</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	3	-
Outras receitas	51	-
	<u>51</u>	<u>-</u>
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>18</u>	<u>(5)</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Benefícios	9	-
Impostos, taxas e contribuições		
Federal e Municipal	7	-
Remuneração do capital próprio		
Lucro do período	2	(5)
VALOR DISTRIBUÍDO	<u>18</u>	<u>(5)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

- -

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2023 E PERÍODO DE 10 DE
OUTUBRO DE 2022 À 31 DE DEZEMBRO DE 2022.
(Em Milhares de Reais)**

1. Contexto operacional

A KANASTRA SECURITIZADORA S.A. (“Companhia”), foi constituída em Assembleia de 23 de setembro de 2022, e é uma sociedade anônima, cuja sede social está localizada na cidade de São Paulo - SP.

A Companhia tem como principais atividades: (a) a aquisição e securitização de créditos financeiros; (b) a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites estabelecidos na legislação aplicável; (c) a realização de outros negócios relacionados aos créditos supracitados e a prestação de serviços de consultoria financeira relacionada às operações de securitização de créditos supracitadas; (d) a realização de operações de hedge em mercado de derivativos, com a função de proteção de riscos de sua carteira de crédito.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) vigentes na data base. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período iniciado em 10 de outubro de 2022 e findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela diretoria e sua emissão foi autorizada em 26 de março de 2024.

3. Principais práticas contábeis

a) Resultado das operações

O resultado das operações é apurado pelo regime de competência.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em reais (R\$). O real é a moeda funcional e a principal moeda do ambiente econômico em que a companhia opera.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2023 E PERÍODO DE 10 DE
OUTUBRO DE 2022 À 31 DE DEZEMBRO DE 2022.
(Em Milhares de Reais)**

c) Caixa e Valores Equivalentes

Caixas e equivalentes de caixa incluem os montantes de caixa, saldos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 (noventa) dias da data da aplicação. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos balanços e não superando o valor de mercado.

d) Ativos financeiros

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR)

De acordo com CPC48 e em conformidade com o IRFS 9, o ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado pela Companhia, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e as mudanças desses ativos são reconhecidas no resultado dos períodos.

Ativos financeiros registrados ao custo amortizado

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros desreconhecidos

A Companhia deixa de reconhecer ativos financeiros quando estes reúnem as três condições previstas no item 3.2.5 do CPC 48, que são:

1. Quando a Companhia não tem obrigação de pagar valores a eventuais recebedores, exceto aqueles que forem decorrentes do recebimento do ativo original a eles vinculados.
2. Quando à Companhia é vedada de vender ou oferecer em garantia o ativo original que se encontra em garantia real da emissão do passivo subjacente, exceto aos próprios detentores dos direitos aos quais há a obrigação de lhes pagar fluxos de caixa.
3. Quando a Companhia tem obrigação de remeter quaisquer fluxos de caixa que cobrar, nas datas estipuladas de amortização e/ou pagamento de juros, sendo que durante o período em que o fluxo de caixa se tornar positivo, quaisquer excedentes devem ser direcionados a uma conta pré-determinada, desde a data do seu recebimento até a data da efetiva remessa aos credores, conforme calendário de amortizações, não se responsabilizando a Companhia pelos investimentos e nem por sua rentabilidade, sendo que os juros auferidos sobre estes investimentos temporários compõe o montante de recursos a serem repassados aos credores.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2023 E PERÍODO DE 10 DE
OUTUBRO DE 2022 À 31 DE DEZEMBRO DE 2022.
(Em Milhares de Reais)**

e) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo;
- Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável;
- Contratos de garantia financeira. Após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre: O valor da provisão para perdas; e O valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido de acordo com os princípios da IFRS 15;
- Compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado. São mensurados subsequentemente pelo maior valor entre: O valor da provisão para perdas; e O valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecida;

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos nas rubricas “Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado”, “Contratos de Garantia” e “Compromissos de conceder empréstimos”, os quais mensurados conforme mencionado anteriormente.

Na ausência de cotações públicas, a Administração, por meio de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis (Preços cotados em mercados não ativos ou por instrumentos similares).

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo for extinta, isto é, quando a obrigação especificada no contrato for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2023 E PERÍODO DE 10 DE
OUTUBRO DE 2022 À 31 DE DEZEMBRO DE 2022.
(Em Milhares de Reais)**

g) Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas, quando apresentadas, são reconhecidas pelo regime de competência.

h) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda e contribuição social são contabilizadas pelo regime de lucro real e é constituída à alíquota de 15% para o imposto de renda, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

i) Resultado por ação

O resultado por ação é calculado dividindo-se o lucro/prejuízo do período atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período. Não existe diferença entre o lucro por ação básico e o diluído.

j) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

k) Demonstração do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

l) Uso das estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

m) Normas e interpretações novas e revisadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não adotadas até 31 de dezembro de 2022, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2023 E PERÍODO DE 10 DE
OUTUBRO DE 2022 À 31 DE DEZEMBRO DE 2022.
(Em Milhares de Reais)**

CPC 11/IFRS 4 Contratos de seguro – Altera os itens 20^a, 20J e 20^o.

20^a e 20J, trata-se da Redução ao valor recuperável dos ativos por contrato de resseguro e isenção temporária do CPC 48 que trata da contabilização de instrumentos financeiros. As alterações recomendam aos órgãos reguladores isenção temporária que permite, mas não exige, que a seguradora aplique o CPC 38 em vez do CPC 48, para períodos anuais com início a antes de 01 de janeiro de 2023.

20^o Isenção temporária de requisitos específicos do CPC 18/IAS 28 exigem que a entidade aplique políticas contábeis uniformes ao utilizar o método de equivalência patrimonial.

CPC 23/IAS 8 Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros – Altera os itens 32, 34, 38, e 48 e o título do item 32 e inclui os itens 32^a, 32B, 34^a e 54I.

As alterações nas estimativas contábeis que envolva a incerteza de mensuração em quantidades monetárias que não possam ser observadas diretamente e devem ser estimadas, com isso, a entidade deve em sua política contábil desenvolver uma estimativa contábil para atingir o objetivo estabelecido. Desenvolver estimativas contábeis envolve julgamento ou pressupostos baseados na última informação disponível e confiável.

Caso ocorram mudanças nas circunstâncias em que a estimativas contábil se baseou em consequência de novas informações ou maior experiência não se caracteriza como uma correção de um erro, devido a sua natureza ser uma mudança contábil de estimativa e não se relacionar a informações anteriores.

Em virtude dessa mudança na estimativa ser baseada em novas consequências, o reconhecimento ocorre de forma prospectiva e pode afetar o período corrente e futuros.

CPC 26/IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis – Inclui definição de políticas contábeis no item 7, altera a letra e do item 10, o inciso ii da letra c do item 114 e os itens 117 e 122, inclui os itens de 117^a a 117E e 139V e exclui os itens 118, 119 e 121.

As inclusões trata-se de conjunto das demonstrações contábeis que se referem as políticas contábeis, alterações que compreendem que as notas explicativas a política contábil material e outras informações elucidativas, e divulgações nas informações das políticas contábeis.

CPC 40/IFRS 7 Instrumentos financeiros: Evidenciação – Altera o item 21, inclui o item 44II e altera o item B5 do Apêndice B.

O item 21 e o Apêndice B que trata-se de outras divulgações de políticas contábeis a entidade deve divulgar informações de política contábil material.

A alteração do item 44II aprovado pelo CFC no dia 07 de abril de 2022 será estabelecida pelos órgãos reguladores que a aprovarem, sendo que está revisão a entidade deve aplicar para períodos anuais a partir de 1^o de janeiro de 2023.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2023 E PERÍODO DE 10 DE
OUTUBRO DE 2022 À 31 DE DEZEMBRO DE 2022.
(Em Milhares de Reais)**

CPC 49/IAS 26 Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria – Altera a letra b do item 34 e inclui o item 38.

O item 34 letra B e item 38 trata-se de outras divulgações de políticas contábeis a entidade deve divulgar informações de política contábil material.

CPC 21/IAS 34 Demonstração Intermediária – Altera a letra e do item de 5 e inclui item 60.

A alteração de notas explicativas compreende as políticas contábeis materiais ao invés de significativas e a inclusão do item 60 em disposições transitórias que foi aprovado em 11 de março de 2022 e será estabelecida pelos órgãos reguladores que a aprovarem após 01 de janeiro de 2023.

CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro – Altera os incisos (i) e (ii) da letra b do item 15, as letras b e c do item 22 e as letras a e b do item 24 e inclui o inciso (iii) da letra b do item 15, o item 22^a, a letra c do item 24, os itens 98J, 98K e 98L e o exemplo 8 do Apêndice B.

A alteração dos itens e incisos trata-se do reconhecimento de passivos e ativos fiscais diferidos referente a diferenças temporárias tributável. A mudança nos incisos (i) e (ii) ocorre em passivo fiscal diferido que advém do reconhecimento de ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou em reconhecimento inicial de ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócio e no momento da transação, não afeta nem o lucro contábil e nem o lucro/prejuízo tributável, ou quando não dá origem a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis. Os itens 22^a e 24B detalham como as diferenças temporárias no momento da transação não afetam nem o lucro contábil e nem o lucro/prejuízo tributável e quando não dá origem a diferenças temporárias.

CPC 37/IFRS 1 Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade – Altera a letra g do item B1 e inclui os itens 39AH e B14 e letra i do item B1.

Alteração no apêndice B – Exceções à aplicação retroativa de outras IFRS, letra g empréstimos governamentais e 39AH que foi aprovada em 11 de março de 2022, em que as entidades devem aplicar esta revisão para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023.

CPC 47/IFRS 15 Receita de contrato com cliente - Altera a letra a do 29 em que a entidade fornece bens e serviços prometidos em contrato.

A alteração tem por objetivo determinar se a natureza da promessa, dentro do contexto do contrato, é para transferir bens e serviços individualmente, ou, em vez disso, para transferir item ou itens combinados para os quais as promessas de bens e serviços são insumos.

KANASTRA SECURITIZADORA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2023 E PERÍODO DE 10 DE OUTUBRO DE 2022 À 31 DE DEZEMBRO DE 2022. (Em Milhares de Reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Aplicações financeiras de liquidez imediata	6	1
	<u>6</u>	<u>1</u>

5. Clientes

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Serviços prestados a receber	20	-
	<u>20</u>	<u>-</u>

6. Impostos a recuperar

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Impostos recolhidos a maior	54	0

7. Partes relacionadas

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativas		
Kanastra Holding	1.033	-
Outras partes relacionadas	4	-
	<u>1.037</u>	<u>-</u>
Passivas		
Kanastra Gestão	110	-
	<u>110</u>	<u>-</u>

A Companhia não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da administração.

8. Impostos e contribuições a recolher

O saldo de impostos e contribuições a recolher é assim composto:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
COFINS, PIS e ISS a recolher	1	0
	<u>1</u>	<u>0</u>

KANASTRA SECURITIZADORA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2023 E PERÍODO DE 10 DE OUTUBRO DE 2022 À 31 DE DEZEMBRO DE 2022. (Em Milhares de Reais)

9. Outras obrigações

O saldo de outras obrigações é assim composto:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Outros credores	8	0
	<u>8</u>	<u>0</u>

10. Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro

As composições das despesas de imposto de renda e de contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 encontram-se resumidas a seguir:

	<u>31/12/2023</u>		<u>31/12/2022</u>	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	2	2	(5)	(5)
Adições/Exclusões	0	0	0	0
Resultado antes da compensação do prej fiscal, base de cálculo negativa	2	2	(5)	(5)
(-) Compensação prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa.			0	0
Resultado tributado	2	2	(5)	(5)
Imp. de renda – Alíquota 15%			0	
Imp. de renda – Alíquota 10%	0		0	
Contribuição social – alíquota 9%		0		0
	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>

11. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Os consultores jurídicos da Companhia não identificaram a existência de riscos tributários, cíveis e trabalhistas que tenham prognóstico de perda provável, ou risco tributários com risco de perda mais provável que as chances de êxito à luz do ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de tributos sobre o lucro.

12. Patrimônio líquido

O capital social está representado por 1.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal e totalmente integralizadas.

KANASTRA SECURITIZADORA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2023 E PERÍODO DE 10 DE OUTUBRO DE 2022 À 31 DE DEZEMBRO DE 2022. (Em Milhares de Reais)

Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito de um voto nas deliberações da Assembleia Geral de Acionistas, cujas deliberações serão tomadas na legislação aplicável, do Estatuto Social e Acordos de Acionistas.

O Estatuto Social da Companhia prevê que o saldo remanescente dos resultados apurados em cada exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados, terão a seguinte destinação: (a) 5% para a constituição de reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (b) 10% serão distribuídos aos acionistas a título de dividendos obrigatórios e (c) o saldo ficará à disposição da Assembleia Geral.

Durante o exercício não foram distribuídos dividendos.

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) aprovado pela Deliberação CVM nº. 636 - Resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para o período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico:

Lucro básico por ação	31/12/2023	31/12/2022
Numerador:		
Lucro líquido do período	2	(5)
Denominador	-	-
Média ponderada do número de ações	0	0
Lucro líquido básico por ação	0,0020	(5)

13. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é assim composta:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita de securitização	58	0
(-) Despesa com imposto sobre serviços	(5)	0
TOTAIS	53	0

KANASTRA SECURITIZADORA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2023 E PERÍODO DE 10 DE OUTUBRO DE 2022 À 31 DE DEZEMBRO DE 2022. (Em Milhares de Reais)

14. Salários, encargos sociais e benefícios

A despesa com salários, encargos sociais e benefícios é composta das seguintes contas:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Assistência médica e odontológica	(9)	0
TOTAIS	(9)	0

15. Serviços de terceiros

A despesa com serviços de terceiros é composta das seguintes contas:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Contabilidade	(21)	0
Auditoria	(29)	0
TOTAIS	(50)	0

16. Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro é composto das seguintes contas:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas de aplicações financeiras	2	0
TOTAIS	2	0

17. Informações sobre emissão de certificados de recebíveis imobiliários e certificados de recebíveis do agronegócio

Em 23 de dezembro de 2021 foi publicada a Resolução CVM nº 60, que dispõe sobre as companhias securitizadora de direitos creditórios registradas na CVM e revoga as Instruções CVM nºs. 414, de 30 de dezembro de 2004, 443, de 8 de dezembro de 2006, 600, de 1º de agosto de 2018, e 603, de 31 de outubro de 2018 que entrou em vigor a partir de 2 de maio de 2022, e dispõe sobre as demonstrações financeiras dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio e Certificados de Recebíveis Imobiliários, devendo ser apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos patrimônios separados regidos pela Lei nº 9.514/97 e artigo 25-A da ICVM nº 480/2008 as quais incluem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos,

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2023 E PERÍODO DE 10 DE
OUTUBRO DE 2022 À 31 DE DEZEMBRO DE 2022.
(Em Milhares de Reais)**

orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e demais normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários CVM que requer que as Securitizadoras considerem cada patrimônio separado, não consolidado, como uma entidade que reporta.

Em atendimento a essa disposição, a partir do período findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia deixou de fazer constar nas suas notas explicativas, as demonstrações financeiras vinculadas aos patrimônios separados por ela instituídos, passando a disponibilizá-las em sua página na rede mundial de computadores, em até 03 (três) meses após o encerramento do exercício social, o qual foi estabelecido como sendo 31 de dezembro de cada ano, para todos os patrimônios separados ativos naquela data.

18. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes relevantes após 31 de dezembro de 2023 até a aprovação da demonstração financeira que requeressem ajustes ou divulgação.